

Outras temporalidades para a literatura do Rio Grande do

Sul: a obra de Vângri Kaingang

Other temporalities for the literature of the state of Rio Grande do Sul: the works of Vângri Kaingang

Pedro MANDAGARÁ*

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO: O presente artigo propõe uma discussão sobre a invisibilização da presença e da produção cultural indígena no Rio Grande do Sul, contrastando o mito fundacional do estado, que se apoia em uma representação sacrificial do indígena na literatura canônica (como em *O Uruguai* e *O continente*), com o surgimento de uma autoria indígena contemporânea. Argumenta-se que a literatura sul-rio-grandense historicamente substituiu o indígena pelo gaúcho como protótipo local, relegando o indígena a um passado idealizado e morto, ou a termos pejorativos como "bugre". A primeira seção aborda a invisibilidade do indígena, tomando como metáfora a obra de China Miéville, e discutindo a situação dos Kaingang e Guarani-Mbyá na capital, Porto Alegre, e no estado. A segunda seção se concentra no povo Kaingang, um dos mais numerosos do RS, e na obra de Vângri Kaingang, autora considerada a primeira indígena a publicar individualmente no estado. Analisamos o livro *Jóty, o tamanduá* (2010), uma narrativa de origem que reitera o sistema de metades Kamê e Kanhru e explica a origem da festa dos mortos (*kikikoi*). Conclui-se que, ao retomar e reescrever narrativas ancestrais, Vângri Kaingang propõe uma nova temporalidade para a literatura do Rio Grande do Sul. Esta nova literatura abandona o mito sacrificial, celebrando a vida e a continuidade da comunidade Kaingang através do canto e da dança, e afirmando uma história ancestral que se revela pela escrita, tal como o ressurgimento do tamanduá-bandeira (*Joty*) no território gaúcho.

PALAVRAS-CHAVE: Literaturas indígenas. Literatura do Rio Grande do Sul. Literatura Kaingang

ABSTRACT: This article proposes a discussion about the invisibility of the presence and cultural production of Indigenous people in Rio Grande do Sul, contrasting the foundational myth of the state, which relies on a sacrificial representation of Indigenous people in canonical literature (such as in *O Uruguai* and *O Continente*), with the emergence of contemporary Indigenous authorship. It argues that the literature of Rio Grande do Sul has historically replaced Indigenous people with the gaucho as the local prototype, relegating Indigenous people to an idealized and dead past, or to pejorative terms such as "bugre" (a derogatory term for Indigenous people). The first section addresses the invisibility of Indigenous people, using the work of China Miéville as a metaphor, and discussing the situation of the Kaingang and Guarani-Mbyá in the capital, Porto Alegre, and in the state. The second section focuses on the Kaingang people, one of the most numerous in Rio

*Professor adjunto da Universidade de Brasília. Membro dos grupos de pesquisa "Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea" e "Literatura, território indígena". Pesquisa na área de literatura e arte de autoria indígena. É dirigente sindical na ADUnB-S.Sind. E-mail: pedromandagara@unb.br.

Grande do Sul, and on the work of Vângri Kaingang, an author considered the first Indigenous person to publish individually in the state. We analyzed the book *Jóty, the anteater* (2010), an origin narrative that reiterates the Kamê and Kanhru moiety system and explains the origin of the festival of the dead (kikikoi). We conclude that, by revisiting and rewriting ancestral narratives, Vângri Kaingang proposes a new temporality for the literature of Rio Grande do Sul. This new literature abandons the sacrificial myth, celebrating life and the continuity of the Kaingang community through song and dance, and affirming an ancestral history that is revealed through writing, just like the resurgence of the giant anteater (Joty) in the Rio Grande do Sul territory.

KEYWORDS: Indigenous Literatures. Literature of Rio Grande do Sul. Kaingang Literature

1. A invisibilização do indígena no Rio Grande do Sul

Em *A cidade e a cidade* (2015), o escritor britânico China Miéville imagina um crime cometido em Beszél, cidade fictícia do leste europeu que ocupa o mesmo espaço físico da cidade de Ul Qoma. Cada um dos habitantes de Beszél aprende desde cedo a não ver a cidade sobreposta. As cores, as roupas, os estilos de construção da segunda cidade se tornam, pelo hábito, invisíveis. Nas chamadas zonas mistas – eventuais blocos ou praças que têm trechos pertencentes a cada uma das cidades – os habitantes passam por seus caminhos definidos, sem perceberem que há outras possibilidades de percurso. Os bész, ao passarem pelos ulqomanos, simplesmente não os enxergam. Seus corpos se desviam sem registrar que alguém está ali. O crime investigado pelo inspetor Borlú, tema do enredo do romance, mostra as tensões que a invisibilidade esconde.

Ao andar pela Rua da Praia (ou dos Andradas), rua majoritariamente de pedestres no Centro Histórico de Porto Alegre, pode-se ver um vivo comércio popular, que em alguns pontos se sobrepõe a construções de interesse histórico (como o antigo prédio da Livraria do Globo, tão importante para a história intelectual do estado, e que hoje é, salvo engano, uma loja de calçados). Na rua em si, há muito comércio ambulante, tanto regulamentado, em feiras de artesanato como a que ocorre próxima à Praça da Alfândega, quanto não-regulamentado (e alvo constante de assédio policial). Milhares de pessoas passam por essa rua todos os dias, em busca de comércio, de atividades culturais como a Feira do Livro anual, ou de visitar pontos turísticos como a Casa de Cultura Mário Quintana. Apesar de intervenções urbanísticas mais ou menos desastradas, e da destruição dos alagamentos de 2024, a Rua da Praia continua sendo um dos pontos de memória da

cidade, uma espécie de microcosmo de Porto Alegre, evocando tempos idos em que a cidade foi um centro cultural e político.

O que o transeunte médio portoalegrense usualmente *não* vê ao andar pela Rua da Praia são as mulheres e crianças indígenas que, vindos de aldeias na periferia da cidade ou mesmo de outras regiões do Estado, vendem artesanato, usualmente cestaria kaingang e “bichinhos” ou *vixú rangá* guarani (Otero, 2008). Poucos param, alguns compram, outros dão alguns trocados e não pensam no assunto depois de minutos. A invisibilização na vivência da rua é acompanhada de pouca atenção na vivência da cidade. Embora as questões indígenas sejam mais noticiadas nos últimos anos, especialmente em momentos de conflito, ainda é com esforço que se pensa que aldeias Guarani-Mbyá, Kaingang e Charrua *fazem parte* da cidade de Porto Alegre.

O que vale para a cidade vale para o estado do Rio Grande do Sul, sua história e sua literatura. As missões jesuíticas servem como uma espécie de mito fundacional da história riograndense, literária ou não.¹ Alguns séculos separam *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, de *O continente* (1949), de Erico Verissimo, mas as personagens indígenas de ambos (Cacambo, Sepé Tiaraju, Pedro Missioneiro) são marcantes na construção de signos da heroicidade gaúcha. São personagens altivos e corajosos, mas que morrem. Como Alfredo Bosi escreveu a respeito do indianismo de José de Alencar, em leitura clássica em capítulo do seu *Dialética da colonização* (1992), trata-se de um “mito sacrificial”, em que o indígena morre em prol da fundação de uma nova entidade: o Brasil em *O Guarani*, o Ceará e a América em *Iracema*, e o Rio Grande do Sul na obra de Erico Verissimo.

No caso do Rio Grande do Sul, no entanto, há como um duplo sacrifício, em que a morte do indígena acarreta sua substituição simbólica. Como escreveu Antonio Paulo Graça em seu *Uma poética do genocídio* (1998, pp. 26-27), a violência simbólica sobre os indígenas passa muitas vezes pela representação da conversão, do abandono da cultura indígena pela cultura branca, representada pela religião cristã (o que ocorre, por óbvio,

¹Havia uma corrente da historiografia sul-riograndense que, por privilegiar a presença portuguesa no estado, não reivindicava a história das Missões: “Boa parte dos intelectuais ligados ao IHGRS era, nas décadas de vinte a sessenta pelo menos, refratária à ideia de que a história das reduções indígenas sob o controle jesuíta e comando do império espanhol pudesse ser agregada ao Rio Grande luso e brasileiro.” (Zalla, 2010). Essa versão da história parece ter perdido importância conforme o investimento cultural na criação de um passado gauchesco avançou durante o século XX.

na representação das missões jesuíticas, como *O Uruguai*). Há, na cultura gaúcha, algo como uma conversão cultural. Conforme Cícero Galeno Lopes, em capítulo que contém um interessante histórico sobre a representação do indígena na literatura do Rio Grande do Sul,

Não tivemos, no Rio Grande do Sul, literatura indianista. (...) O índio é, nessa literatura, o modelo do homem local, brasileiro (americano, como se dizia então, com correta consciência), em alusão às diferenças entre as Américas e a Europa colonizadora. No Rio Grande do Sul, o protótipo foi o gaúcho, como, de modo geral, ainda o é. Na literatura sul-rio-grandense, o gaúcho assumiu o lugar do índio. (2009, p. 35)

Note-se que mesmo o mito do sacrifício é reproduzido na narrativa constante da nostalgia de uma pretensa autenticidade no campo, frente à degradação do presente mecanizado e urbano. Inúmeras narrativas fazem este movimento, desde a “Trilogia do gaúcho a pé”, de Cyro Martins, até canções nativistas como “Esquilador”, de Telmo de Lima Freitas. Note-se, ainda, que a substituição do gaúcho pelo indígena vai até a semântica. Conforme Lopes (*Idem*, pp. 32-33), da dispersão das populações das reduções jesuíticas surge a figura do “índio vago” ou errante, que não têm pouso fixo. Deste, surge a expressão “índio véio”, corrente até hoje no português falado do RS, de “conotação elogiosa”, significando “gaúcho original, livre, forte, bem aprumado, corajoso etc” (*ibidem*, p. 33). A partir daí, o uso do termo se expande. Conforme Luís Augusto Fischer em seu *Bá, tchê!*, dicionário de coloquialidades do RS, “No mundo gauchesco, especialmente o militante tradicionalista, [índio] é termo para homem, sujeito, em geral”. No entanto, se qualquer homem pode ser “índio”, ocorre que o “índio” não pode ser qualquer homem: “Quando se trata de um indivíduo propriamente índio, ele é chamado de, ou melhor, referido como bugre, na linguagem corrente.” (Fischer, 2012).

2. Sobre os kaingang na literatura

Os povos indígenas mais numerosos no Rio Grande do Sul são os guarani, com cerca de 2 mil pessoas (Gobbi et al., p. 21), e os kaingang, com cerca de 17 mil pessoas (População, 2024). Há ainda uma comunidade do povo Charrua, com cerca de 40 pessoas

(Instituto Sociambiental, 2024) e indígenas Xokleng que vivem em uma retomada multiétnica em Porto Alegre (Arndt, 2023).²

O povo kaingang se distribui entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Sua língua pertence à família jê do tronco macro-jê. Os kaingang têm uma proximidade linguística e cultural com o povo xokleng, com quem teriam tido um passado comum. Em 2022, foi estimado que havia um total de 52 mil kaingang no território brasileiro, o que faz com que seja um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil (Tommasino e Fernandes, 2024). Sua organização social tradicional se dá por um sistema de metades – Kamê e Kanhru³ – que envolvia a obrigatoriedade do casamento cruzado, mas este sistema foi sendo modificado ao longo do tempo. No entanto, como veremos na obra *Joty*, as metades continuam sendo um item importante da auto identificação kaingang.

No histórico de contato, os kaingang e povos próximos, como os xokleng, foram chamados de nomes como Guaianás e Coroados. Iniciado em fins do século XVIII, o contato, no mais das vezes violento, se intensificou no século XIX, envolvendo uma substantiva redução dos territórios em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todo o processo foi acompanhado de muitos momentos de resistência guerreira dos kaingang, conforme se pode ver em inúmeros testemunhos (como no texto de Nimuendaju, 2013 [1910]). No Rio Grande do Sul, o aldeamento, consolidado ainda no século XIX, teve suas terras reduzidas imensamente durante o governo Leonel Brizola (1959-1963), que distribuiu terras indígenas a colonos à guisa de uma reforma agrária.

Há registros da oralidade kaingang já no início do século XX, com a obra *Actualidade indígena*, de Telêmaco Borba (1908). Autores como Curt Nimuendaju (1986), Herbert Baldus (1937) e Egon Schaden (1953) registraram ou analisaram narrativas kaingang em diversas de suas obras. Até onde consegui encontrar, vai ser nos anos 1990 que haverá registro de textos de autoria kaingang. Digno de registro em especial é o volume *Eg jamen ky mu - textos kanhgag*, editado com apoio do MEC, que registra 27 narrativas curtas com os seus autores (Toral et al. 1997). Mais recentemente,

²Os dados por estado para os Guarani e Kaingang são de 2010 e os dados dos Charrua são de 2014. Não consegui dados mais atuais discriminados por estado.

³Há muitas variantes na escrita dos nomes das metades kaingang. Neste artigo, sigo a versão utilizada por Vângri Kaingang.

intelectuais como Fernanda Kaingang, atual diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, Iracema Kaingang, kujá ou xamã dos kaingang do RS, a psicóloga Rejane Paféj Kanhgág e Bruno Ferreira Kaingang, professor adjunto da Faculdade de Educação da UFRGS, têm publicado obras ensaísticas e entrevistas (Belfort Sales, 2023; Maréchal, 2018; Kanhgág, 2025; Ferreira, 2024). Há um caso marcante, de um poeta não-indígena, JR Bellé, que resgata a origem indígena de sua bisavó no livro bilíngue português-kaingang *Retorno ao Ventre – M̃yñh fĩ nugror to ṽēsikã kãtĩ* (2024).

Vângri Kaingang, nascida na TI de Ligeiro, norte do Rio Grande do Sul, é a autora kaingang de obras literárias mais conhecida atualmente. Publicou, com Mauricio Negro, o livro *Jóty, o tamanduá*, em 2010, e, em 2016, *Estrela Kaingang: a lenda do primeiro pajé*. Em 2025, publicou *A festa dos animais*, livro que foi traduzido para o inglês no mesmo ano. Atua ainda como artista plástica, trabalhando na retomada dos grafismos kaingang.

Até onde consegui pesquisar, Vângri é tanto a primeira autora kaingang a publicar literatura em autoria individual quanto a primeira autora indígena publicada do Rio Grande do Sul⁴. Há publicações de autores guarani, mas ao que indica posteriores à publicação de *Jóty*, como os livros de José Verá (2021 e 2026; ver também Schaan, 2025). Há, ainda, uma publicação em livro do Cacique kaingang Maurício Vên Tánh Salvador, *A araucária e a gralha azul: uma história dos antigos kaingang* (2025), livro quadrilíngue (em kaingang, português, inglês e francês), sem prejuízo de outras obras que porventura eu não tenha conseguido encontrar.⁵

3. O tamanduá e o tamanduá

⁴ A partir do mote de se pensar uma nova fundação para a literatura do Rio Grande do Sul, é necessária uma certa arbitrariedade. Há muitas publicações autorais kaingang e guarani anteriores, inclusive em outros países, como o Paraguai, mas aqui se toma como critério a origem geográfica da autora ou do autor indígena - em que estado brasileiro se localiza sua comunidade.

⁵ Há uma dificuldade de ter acesso a obras publicadas por editoras pequenas ou num contexto comunitário. Um exemplo é de obras publicadas em contexto escolar, como a coletânea de textos literários *A voz dos avós*, que reúne textos em guarani e português da Escola Municipal Ana Íris do Amaral e da Escola Estadual Indígena Nhamandu Nhemopu'ã (Silva, 2018), escolas da cidade de Viamão, RS. A apresentação do volume menciona que “este é o terceiro livro que surge do encontro intercultural” (p. 7), mas nunca consegui acesso aos dois anteriores.

Joty conta a história dos irmãos Kanhru e Kamê, que são os dois sobreviventes de um dilúvio do qual ninguém escapa. Ao refazer o mundo depois do dilúvio, os irmãos dividem as tarefas e dão a cada parte criada as suas características – Kamê é forte e corajoso, Kanhru é maleável e delicado, Kamê do Sol, Kanhru da lua. Ao fazer os animais, Kamê cria a onça. Kanhru, ao criar um animal novo durante a noite, é surpreendido pelo amanhecer e precisa terminar às pressas – puxa um canudo no lugar onde deveriam estar boca e dentes, assim criando o tamanduá.

A história continua num tempo que parece ser o dos descendentes dos irmãos. Os kaingang resolveram que as metades casariam entre si, mas ainda não sabiam como festejar. Um chefe, Kanhru Kre, ouve música pela primeira vez na mata. Após alguns dias, consegue descobrir a origem: é o tamanduá, que ensina os cantos e as danças dos kaingang. Em homenagem ao tamanduá, passa a ocorrer a festa dos mortos, a *kikikoi*, que inclui a dança do tamanduá. Para completar, essa dança revela o gênero das crianças kaingang que vão nascer.

A história de *Joty* junta duas narrativas sobre o tamanduá que muitas vezes são contadas em separado. A história do dilúvio e do surgimento do tamanduá como “animal imperfeito” foi registrada por Carlos Teschauer (1927, p. 54), Curt Nimuendaju (1986, p. 87) e Egon Schaden (1953), e recontada inúmeras vezes em coletâneas, inclusive no livro *Contos indígenas brasileiros*, do autor indígena Daniel Munduruku (2021). A história da origem das festas foi registrada pela primeira vez por Telêmaco Borba (1908, pp. 24-26) e também recontada outras vezes.

Um dos elementos variantes interessantes, ao comparar a obra de Vângri Kaingang com as versões anteriores, é que há como uma mistura de tamanduás: em Telêmaco Borba, o tamanduá que ensina o canto e a dança é o *kakecrin* (2010, p. 25), palavra para tamanduá-mirim, enquanto *joty*, o tamanduá-bandeira, é o animal criado imperfeito (*Idem*, p. 22)⁶. Pensei em algumas hipóteses para essa variante. Pode se tratar da liberdade criativa da autora frente a sua língua (por achar *joty* mais sonoro, ou outra

⁶ Não é só no livro de Vângri Kaingang em que os tamanduás são o mesmo. No seu artigo-verbete sobre os kaingang no *Handbook of South American Indians*, Alfred Métraux (1963, p. 474) nomeia ambos os tamanduás como *great anteater*, sem distinção. A edição de 2011 do dicionário de Wiesemann define *kakecrin* tanto como “tamanduá”, sem distinção com *joty* (2011, p. 42), quanto como “tamanduá-mirim” (2011, p. 38), o que é particularmente estranho já que a edição de 1981 trazia uma diferenciação mais marcada entre os sentidos de cada palavra (1981, p. 246).

razão qualquer), mas também é plausível que a diferenciação entre os tipos de tamanduá tenha se perdido no Rio Grande do Sul – afinal, constava que o tamanduá-bandeira estivesse extinto no estado desde os anos 1890 (Velleda, 2023).

Ao buscar estudos sobre a presença dos mitos do tamanduá na ritualística kaingang, é notável a importância da dança do tamanduá-mirim no ritual do *kikikoi*. A festa em homenagem aos mortos dura três fogos, ou três dias interrompidos, no intervalo dos quais são feitas algumas das exigências para a fase seguinte, como a fermentação do *kiki*⁷. Conforme Rosa (1998), em pesquisa realizada junto a comunidades kaingang dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a dança do tamanduá-mirim faz parte de cada um dos três fogos, sendo realizada pelas mulheres *péin*⁸ em diversos momentos, enquanto os homens tocam *xikxy* (o chocalho de milho) e outros instrumentos (pp. 89, 96 e 103). Parece particularmente importante que a dança seja realizada pelas *péin*, que são as únicas que podem transitar entre as metades Kamê e Kanhru, separadas espacialmente durante o ritual (pp 94-95). Também são elas que servem a bebida *kiki* (p. 102). (Ver também a descrição do ritual em Nimuendaju, 1993, pp. 67-69.)

Assim como a narrativa do dilúvio, o ritual parece reencenar a divisão assimétrica entre as metades como fundamento da vida social dos kaingang (Schaden, 1988, p. 112; Petry et al. 2007). Ainda se pode notar a importância dos animais, neste caso personificados pelo tamanduá-mirim, que, segundo a narrativa recolhida por Borba (1908), “sabe[m] muitas outras coisas mais; pensamos que eles são as primeiras gentes que aqui existiam antes de nós, e que por velhos não sabem mais falar. Não os matamos” (1908, p. 25). Outros animais são importantes para a espiritualidade kaingang, como as onças, que muitas vezes são os *jagré*, ou animais-auxiliares, dos *kujá* (pajés) e das benzedeiras (Rosa e Crépeu, 2020, p. 61; Ferreira, p. 105). Os animais, assim, são fonte de poderes importantes, no ritual, na dança, na cura, nas rezas.

Em *A festa dos animais* (2025), Vângri Kaingang escreverá outra origem para as festas e as músicas kaingang, em que crianças kaingang vêm uma festa dos animais e,

⁷ Bebida alcoólica de mel, garapa, açúcar e água, fermentada na madeira de um pinheiro (Rosa, 1998, p. 75)

⁸ “Constituem a categoria cerimonial formada por mulheres e homens que tem como função auxiliar nos procedimentos rituais.” (Pinheiro, 2013, p. 10) Na etnografia de Rosa (1998), que sigo aqui, a função de *péin* “é exercida principalmente pelas mulheres” (p. 102).

ao entrarem na roda, se transformam no macaco, no tatu e no ouriço-cacheiro. Voltando para a comunidade como crianças, e levando o maracá, o pau de chuva e a flauta que foram deixados pelos animais, as crianças contam a experiência aos mais velhos, que resolvem fazer uma festa. Nesta, vai ser a vez dos animais visitarem, o que continuarão fazendo por longo tempo. Neste livro, o tamanduá é o animal que “tocava flauta e maracá ao mesmo tempo. Ele também ensinou os seus passinhos para os Kaingang” (2025, p. 17).

Já em *Estrela Kaingang: a lenda do primeiro pajé* (2023), o poder dos animais é reconhecido mas participa de uma certa ambiguidade. O bebê que será o primeiro pajé, filho do Índio Estrela e neto da Mãe Lua e do Pai Sol, é perseguido por espíritos maus da floresta, que em diversos momentos serão associados a animais. Ainda antes de nascer, sua mãe grávida “procurava fugir das perseguições de animais que queriam assustá-la” (2023, p. 9). Logo após nascer, raposas destroem o cesto com os pertences da criança (*Idem*, p. 11). Seu espírito é roubado pelos espíritos da floresta e seu corpo não para de chorar; é apenas após um longo combate de seu pai estrela e de sua avó lua, na floresta, que sua alma volta (*Ibidem*, pp. 16-17).

Depois disso, os animais começam a aparecer como fonte do poder do menino pajé. Sua avó lua o ensina “a conversar com os animais para aprender a reconhecer aqueles que lhe trariam o conhecimento e o ajudariam a trazer saúde e paz a seu povo” (p. 17).

É da conversa com os animais que parece ter vindo a história de *Joty*, pois a história inicia como um relato que veio de um animal: “Um periquito nos assoprou que, há muito tempo, dentro da grande montanha Crinjijimbé, moravam Kahnru e Kamê” (Kaingang, 2010: p. 6). Segundo Aryon Rodrigues, o periquito é animal Kahnru (2012, p. 295), assim como o ou seja, ligado à lua, “esbelto, maleável e delicado, embora mais voluntarioso; é o conselheiro inteligente, mentor e líder espiritual de seu povo.” (Kaingang, 2010, p. 7). Embora não haja informações na lista recolhida por Rodrigues, as narrativas fazem o tamanduá *joty* ser criado na noite, como Kahnru, o que o aproxima do narrador-periquito.

Vângri Kaingang ouve a narrativa de *Joty* assoprada pelo periquito, assim como os *kujá* e as benzedeiras conversam com os auxiliares animais *jagré*. Mesmo escrito e

ilustrado em parceria com um autor não-indígena, Maurício Negro (que, ressalte-se, tem ampla experiência de parcerias com autores como Daniel Munduruku), o livro marca a inserção da autora como *autoridade*, fonte nova e legítima das histórias dos kaingang, ao lado dos *kujás* ou pajés kaingang e de naturalistas e antropólogos como Borba e Nimuendajú. Ao fundir narrativas míticas que caminhavam em separado e ao utilizar apenas a palavra *joty* para o tamanduá, Vângri manifesta seu gesto autoral, inaugurando outra temporalidade para as literaturas (agora no plural) do Rio Grande do Sul.

É também marcante que o primeiro livro de uma autora indígena no Rio Grande do Sul seja uma narrativa de origem. A origem do estado e de sua literatura é calcada no genocídio indígena, conforme manifestado pela guerra contra os Sete Povos das Missões e suas representações literárias. Ao retomar uma nova literatura do RS, Vângri Kaingang propõe o abandono do mito sacrificial: a comunidade que se funda é uma comunidade que canta e dança na festa dos mortos, que relembra os que se foram não como sacrifício sobre o qual construir uma comunidade, mas como celebração da vida dos meninos e meninas kaingang que vão nascer e dançar. A retomada literária é acompanhada pela retomada do grafismo, área de investigação de Vângri como artista plástica, da cestaria, da língua kaingang, do seu cinema e das festas, como a festa kiki. Talvez não seja por acaso que em 2023, após 130 anos, o tamanduá-bandeira – *Joty* – tenha sido visto novamente no Rio Grande do Sul, em unidade de conservação em Barra do Quaraí (Velleda, 2023). Como o tamanduá-bandeira, que talvez sempre estivesse presente ali e só não quisesse aparecer, a literatura kaingang revela uma outra história da literatura do Rio Grande do Sul, uma história ancestral e oral, registrada aqui e ali por naturalistas e antropólogos, que agora se deixa revelar pela escrita de uma autora kaingang.

REFERÊNCIAS

Arndt, André. **Retomada Gãh Ré: indígenas vivem incerteza em meio a disputa judicial**. <humanista>: jornalismo e direitos humanos, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/02/14/retomada-gah-re-indigenas-vivem-incerteza-em-meio-a-disputa-judicial/> . Acesso em 30 de setembro de 2024.

Baldus, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

Revista MOARA, 2026, n. 72, e72121 ISSN: 0104-0944
Recebido em 05/11/2025, aceito em 07/07/2026.

Belfort Sales, Lucia Fernanda Inácio. **Direitos negados, patrimônios roubados: desafios para a proteção dos conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional.** Ronda Alta: Instituto Kaingáng, 2023.

Bellé, J. R. **Retorno ao Ventre** – *Mÿnh fî nugror to vêsikã kãtĩ*. São Paulo: Elefante, 2024.

Borba, Telêmaco. **Actualidade indígena.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

Bosi, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Ferreira, Bruno. **Caminhos da ancestralidade: a sustentação das existências epistemológicas Kaingang.** Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

Ferreira, Jeusa Jagmü. **Como me tornei benzedeira.** In: Toral, André Amaral de; Pinto e Silva, Paula (Ed.). *Eg jamen ky mu: textos kanhgág.* Brasília: MEC/PNUD, 1997. pp. 105-106.

Fischer, Luís Augusto. **Índio (verbete).** In: Fischer, Luís Augusto. *Bá, tchê!* Caxias do Sul: Belas Letras, 2012. *E-book* sem paginação.

Gobbi, Flávio Schardong et al. **Breves aspectos socioambientais da territorialidade Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul.** In: Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2010. Disponível em https://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CCDH/Cartilha%20-%20Coletivos%20Guarani%20RS%202020.pdf

Graça, Antonio Paulo. **Uma poética do genocídio.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

Instituto Socioambiental. **Charrua (verbete). Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Charrua> Acesso em 30 de setembro de 2024.

Kaingang, Vângri. **A festa dos animais.** Goiânia: Cegraf UFG, 2025. Disponível em <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/832/807/3364> . Acesso em 27 de julho de 2026.

Kaingang, Vângri. **A festa dos animais (The Animal Party).** Tradução para o inglês do Coletivo de Tradutores Berkeley-Brasil. Disponível em <https://clacs.berkeley.edu/sites/default/files/revistapihhy-afestadosanimais-may2025.pdf> Acesso em 27 de julho de 2026.

Kaingáng, Vângri. **Estrela Kaingáng - a lenda do primeiro pajé.** São Paulo: Biruta, 2016.

Revista MOARA, 2026, n. 72, e72121 ISSN: 0104-0944
Recebido em 05/11/2025, aceito em 07/07/2026.

Kaingáng, Vângri, e Negro, Maurício. **Joty, o tamanduá**. São Paulo: Global, 2010.

Kanhgág, Rejane Paféj. **Psicologia das florestas: saúde mental na perspectiva Kanhgág**. Goiânia: Cegraf UFG, 2025.

Lopes, Cícero Galeno. **Contornos do imaginário: imagens do índio do Rio Grande do Sul na literatura brasileira**. In: *RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 28-29.

Maréchal, Clementine. **Entrevista com Iracema Ga Rã Nascimento**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 190-197, jan./jun. 2018.

Métraux, Alfred. **The Caingang**. In: Steward, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 1: The Marginal Tribes. New York: Cooper Square, 1963. p. 445-475.

Miéville, China. **A cidade e a cidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Munduruku, Daniel. **Contos indígenas brasileiros**. São Paulo: Global Editora, 2021.

Nimuendajú, Curt; Gonçalves, Marco Antonio (org.). **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

Nimuendajú, Curt; Viveiros de Castro, Eduardo Batalha (org.). **Mitos indígenas inéditos na obra de Curt Nimuendaju**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, pp. 64-111, 1986..

Nimuendaju, Curt Unkel. **Quanto à questão coroadó (1910)**. Tellus, ano 13, n. 24, pp. 291-297, jan./jun. 2013.

Otero, Andrea Grazziani. **O "esperar troquinho" no centro de Porto Alegre: tradição e inovação na cultura Mbyá-Guarani**. Ponto Urbe [Online], n. 2, 2008. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/1919>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

Petry, Livia; Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato; Freitas, Ana Elisa de Castro. **O papel do mito nas narrativas orais dos Kaingang na bacia do lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Organon. Porto Alegre. Vol. 21, n. 42 (2007), p. 159-171, 2007.

Pinheiro, Maria Helena de Amorim. **A emergência do ritual do kiki no contexto contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)** - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

População Kaingang (por estado). **Portal Kaingang**. Disponível em http://portalkaingang.org/populacao_por_estado.htm . Acesso em 30 de setembro de 2024.

Revista MOARA, 2026, n. 72, e72121 ISSN: 0104-0944
Recebido em 05/11/2025, aceito em 07/07/2026.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. **Classificação social dos animais em Kaingáng**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 4, n. 2, pp. 298-297, 2012.

Rosa, Rogério Reus Gonçalves da. **A temporalidade Kaingang na espiritualidade do combate**. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

Rosa, Rogério Reus Gonçalves da; Crépeau, Robert R. **Puissance et connaissance animales chez les Kaingang du Brésil méridional**. *Anthropologica*, v. 62, n. 1, pp. 60-69, 2020.

Salvador, Maurício Vên Tánh. **A araucária e a gralha azul: uma história dos antigos kaingang**. Porto Alegre: Editora da FMP / Libretos, 2025.

Schaan, Eduardo Santos. **Histórias de verdade: narrativas guarani e a busca pelo verdadeiro**. Organon (01026267), v. 40, n. 79, 2025.

Schaden, Egon. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil: um ensaio etnossociológico**. São Paulo: EDUSP, 1989.

Schaden, Egon. **A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang**. *Revista de antropologia*, pp. 139-141, 1953.

Silva, Ana Cristina Motta da et al. (orgs). **A voz dos avós: a ancestralidade em mim, em ti e em nós = Nhande jaryi kuery hayu xere ndere nhandere onhendu**. Porto Alegre: Museu da UFRGS / PROEXT, 2018.

Tommasino, Kimiye e Fernandes, Ricardo Cid. Kaingang (verbete). **Povos indígenas do Brasil**. Disponível em <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang> . Acesso em 15 de outubro de 2024.

Toral, André Amaral de; Pinto e Silva, Paula (Ed.). **Eg jamen ky mu: textos kanhgág**. Brasília: MEC/PNUD, 1997.

Velleda, Luciano. **Considerado extinto no RS, tamanduá-bandeira é registrado no Parque do Espinilho**. *Sul 21*, 18 de dezembro de 2023. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2023/12/considerado-extinto-no-rs-tamandua-bandeira-e-registrado-no-parque-do-espinilho/> . Acesso em 27 de julho de 2026.

Verá, José. **Mbya Nhenhandu Reko: a essência da sabedoria guarani**. Terra Indígena Barra do Ouro, RS: Riacho, 2026.

Verá, José. **Nhemombaraete Reko Rã'i – fortalecendo a sabedoria**. Porto Alegre: AEPIM, 2021.

Wiesemann, Ursula. **Dicionário Kaingáng - Português / Português - Kaingáng**. Brasília, Summer Institute of Linguistics, 1981.

Wiesemann, Ursula Gojtéj. **Dicionário Kaingáng - Português / Português - Kaingáng**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2011.

Zalla, Jocelito. **Quando a literatura fala à história: a questão indígena missioneira na obra de Barbosa Lessa e o “Caso Sepé” no Rio Grande do Sul dos anos 1950**. *Anais do X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*, 2010. Disponível em https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279506362_ARQUIVO_QuandoaLiteraturafalaaHistoria-JocelitoZalla.pdf . Acesso em 27 de julho de 2026.